



A ESCRITA DA HISTÓRIA, A MEMÓRIA E OS LUGARES DO POLÍTICO: UM DIÁLOGO ENTRE O FILME “NARRADORES DE JAVÉ”, A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA E A MEMÓRIA DE EDUARDO CAMPOS

Gilson José Julião

Universidade Católica de Pernambuco

gilson.00000030466@unicap.br

RESUMO

Este texto foi fruto das discussões historiográficas, teóricas e metodológicas no Programa de Mestrado Profissional em História da Universidade Católica de Pernambuco. Para a escrita deste foram utilizados os conceitos de lugares de memória de Pierre Nora, escrita da história de Michel de Certeau, entre outros autores que estudam a historiografia brasileira. Ainda foi possível fazer um diálogo entre os textos e o filme “Narradores de Javé” (2003), de Eliane Caffé, apresentando as tensões entre memória oral, história oficial e os processos de legitimação do passado. Deste modo, o presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a importância da escrita da história, fazendo paralelos com a construção da cultura política e dos lugares de memória em torno do ex-governador Eduardo Campos (1965–2014), analisando leis e atos legislativos produzidos entre 2014 e 2024 no Estado de Pernambuco. Tem também como foco destacar o papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e seus congêneres locais que são fundamentais

na construção da historiografia brasileira. Este Instituto buscava uma narrativa nacional unificadora e nesta perspectiva podemos destacar que a historiografia brasileira do século XIX foi marcada por um esforço de centralização e de construção de uma identidade nacional, protagonizado por instituições como o IHGB. Por outro lado, a partir do filme “Narradores de Javé” é possível perceber a ironia do caráter pretensamente neutro e técnico da historiografia. Enquanto saber, a história não é uma simples narrativa dos acontecimentos do passado, mas uma prática discursiva fundada a partir de regimes de verdades, disputas de memórias e seleções que ocorrem dentro de contextos políticos, sociais e culturais.

Palavras-chaves: Escrita da história, Historiografia brasileira, Lugares de Memória.

Enquanto saber, a história não é uma simples narrativa dos acontecimentos do passado, mas uma prática discursiva fundada a partir de regimes de verdades, disputas de memórias e seleções que ocorrem dentro de contextos políticos, sociais e culturais. O filme *Narradores de Javé* (2003), de Eliane Caffé, apresenta as tensões entre memória oral, história oficial e os processos de legitimação do passado. A partir da análise desse filme e do debate teórico historiográfico, o presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a importância da escrita da história, fazendo paralelos com a construção da cultura política e dos lugares de memória em torno do ex-governador Eduardo Campos (1965–2014), analisando leis e atos legislativos produzidos entre 2014 e 2024 no Estado de Pernambuco. Tem também como foco destacar o papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e seus congêneres locais que são fundamentais na construção da historiografia brasileira.

Michel de Certeau, na obra “A Escrita da História”, analisa no seu segundo capítulo, o que ele denomina de “operação historiográfica” que podemos dizer que é um processo composto por práticas discursivas que envolvem a seleção de fontes, a institucionalização da narrativa e a construção de um discurso autorizado sobre o passado (CERTEAU, 1982). No filme *Narradores de Javé*, vemos uma população que tenta

garantir sua existência através de uma narrativa histórica que possa evitar o desaparecimento de sua cidade. A história, ali, é uma estratégia de resistência.

Antônio Biá, um dos moradores da cidade, é chamado para escrever a história de Javé com base nos relatos orais dos que ali residem. Ocorre, porém, que cada uma das pessoas que ele escuta possui sua própria versão dos fatos. Isso gera um impasse entre memória, verdade e invenção. O filme ironiza o caráter pretensamente neutro e técnico da historiografia, e conforme afirma Durval Muniz de Albuquerque Júnior, “esta historiografia tendeu a supervalorizar a dimensão conceitual da historiografia, a construção teórica do texto do historiador, na ânsia de dotá-lo da tão sonhada cientificidade” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p.21).

A história, como mostra *Narradores de Javé*, é uma forma de resistência. Ao transformar a memória em narrativa e ao dar voz a “sujeitos subalternizados”, o filme revela que a história oficial é apenas uma entre muitas possíveis. A análise dos lugares de memória de Eduardo Campos em Pernambuco, por sua vez, mostra como os mecanismos de homenagem na legislação também são fontes que possibilitam a produção de uma escrita da história que nos revelam como estes mecanismos são seletivos de uma política que, por sua vez, é excludente já que não dá voz a “sujeitos subalternizados”. Valorizar a história local e os espaços de memória é, portanto, uma forma de ampliar o campo da historiografia, acolhendo a pluralidade de vozes e experiências que constituem o passado. Em um Brasil marcado por desigualdades e disputas simbólicas, deste modo, pensar o local é também um ato político.

A historiografia brasileira do século XIX foi marcada por um esforço de centralização e de construção de uma identidade nacional, protagonizada por instituições como o IHGB. Conforme destaca Temístocles Cezar (2004), o IHGB buscava uma narrativa nacional unificadora e essa perspectiva “tinha como meta estabelecer um projeto historiográfico capaz de organizar os recursos e os procedimentos para se escrever a história da nação” (CEZAR, 2004, p.12).

Se por um lado, o IHGB buscava uma narrativa nacional unificadora, por outro, há um valor específico nas histórias locais e regionais, pois nelas estão formas de vida e de memória que escapam às grandes narrativas. Nessas linhas do pensamento da escrita da história local ou regional, podemos destacar que o estudo sobre os lugares de memória estabelecidos entre 2014 e 2024 em torno da figura de Eduardo Campos nos propicia a

escrita da história, ainda que de forma local e micro, nos oportuniza entendermos o objeto chamado Brasil, desse modo, podemos dizer que ela contribui para a historiografia brasileira. A morte trágica de Eduardo Campos em 2014 mobilizou uma onda de comoção em Pernambuco e no Brasil. Seu nome passou a ser atribuído a praças, escolas, hospitais, ruas e avenidas através de leis estaduais e municipais. Essa multiplicação de homenagens não é apenas um gesto de reconhecimento: trata-se de um processo de construção de memória institucionalizada, ou seja, de transformação do político em “lugar de memória”, nos termos de Pierre Nora (1993). Entre 2014 e 2024, diversas leis foram aprovadas pelas câmaras municipais pernambucanas e pela Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco com o nome de Eduardo Campos. Esses documentos, longe de serem neutros, são expressões da cultura política regional, marcada por forte personalismo.

Conforme propõe José D’Assunção Barros, há um valor específico nas histórias locais e regionais, pois nelas estão formas de vida e de memória que escapam às grandes narrativas. Segundo este autor, um dos motivos para a realização da escrita da história local é que “a História Local (de um local) com objetivo de juntar-se a outras histórias locais (de locais distintos) de modo a compor um quadro amplo que as integre” (BARROS, 2022, p.28). Deste modo, em Pernambuco, por exemplo, institutos como o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) funcionam como agentes ativos da memória regional, reforçando identidades locais muitas vezes em tensão com o discurso nacional.

Já para Thiago Lima Nicodemo, que destaca que a história no Brasil passou por transformações profundas entre os séculos XIX e XX, com o surgimento de narrativas que passaram a valorizar a diversidade histórica, “a historiografia brasileira, assim como outras ‘culturas periféricas’, contribui na redefinição de uma experiência histórica global” (NICODEMO, 2018, p.15). Nesse contexto, podemos dizer que Javé pode ser visto como metáfora de tantos pequenos mundos que tentam se manter vivos frente ao avanço das macroestruturas.

Nessas linhas do pensamento da escrita da história local ou regional, podemos destacar que o estudo sobre os lugares de memória estabelecidos entre 2014 e 2024 em torno da figura de Eduardo Campos nos propicia a escrita da história, ainda que de forma local e micro, nos oportuniza entendermos o objeto chamado Brasil, desse modo, podemos dizer que ela contribui para a historiografia brasileira, pois “toda história é local

– ou seja, acontece em algum lugar – e não há hierarquia espacial que faça com que a experiência de alguns sujeitos seja mais relevante do que outras” (NEVES, 2012, p.22).

Deste modo, esta pesquisa se fundamenta para poder mostrar que, no cenário político local e regional, as representações são colocadas ou aceitas no conjunto das microrrelações de poder, assim como destaca Chartier: “(...) estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade” (CHARTIER, 1991, p.12).

Partindo da premissa de que figuras como Eduardo Campos propiciam a efervescência política, em especial, a partir dos lugares de memória erguidos em seu nome, transformando-os em mitos e mitologias políticas existentes. Para esta análise, buscaremos a compreensão das imagens da figura de Eduardo Campos, representadas pela memória acerca deste, produzidas por diferentes segmentos sociais. Os lugares de memória erguidos no nome de políticos surgem a partir da intervenção de terceiros no processo de sua construção enquanto tal e que, em determinado momento de sua instituição, atende e se confunde com os sonhos, anseios e esperanças das pessoas e isso poderá ser percebido com a figura de Eduardo Campos. Estas figuras políticas incitam a força criadora por meio da memória de um tempo de felicidade, harmonia e prosperidade que poderia representar para a época, mesmo após a sua morte.

Essas considerações são percebidas na figura de Eduardo Campos devido o mesmo ter sido Presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Economia (UFPE), Secretário de Estado, Deputado Estadual, Deputado Federal, Presidente do Partido Socialista Brasileiro, Ministro de Estado e Governador, e que, a partir de sua morte, em plena campanha eleitoral para presidente da República, em 2014, foram instituídos diversos lugares de memória nos municípios e no Estado de Pernambuco.

Este conceito de Lugares de Memória foi teorizado por Pierre Nora e este abertamente vincula a problemática dos Lugares de Memória à problemática do presente. Nestes termos, François Dosse destaca que:

Definidos os lugares de memória como um meio-termo entre memória coletiva e História, o tempo presente corresponde a esse meio-termo também entre passado e presente ou o trabalho do passado no presente. O tempo presente não seria então um simples período adicional destacado da história contemporânea, mas uma nova concepção da operação historiográfica (DOSSE, 2012, p.3).

Nesta perspectiva podemos destacar que esta pesquisa se insere no conceito de tempo presente, ou seja, faz parte do campo da História do Presente, não só por se

encontrar entre seus conceitos, o de Lugares de Memória, mas também por se passar no período próximo e que ainda se encontra em ebulição.

Este estudo terá a perspectiva de perceber as tramas políticas montadas a partir da figura de Eduardo Campos, em especial, após a sua morte em 2014. Nossa inquietude é perceber essas questões em consonância com a ideia de que o poder para ser legítimo e autorizado precisa atender certas demandas simbólicas nos espaços urbanos. Tais demandas não precisam, necessariamente, ser explicadas pela razão ou pela lógica dos fatores político-sociais, mas ao contrário, se enquadram no universo das paixões e do carisma.

Esse universo que nos parecia avesso ao político passa, com as novas abordagens que Nova História Política, a possibilitar que este caminho começa a ser parte constituinte da própria história política, mas não mais uma história política da “narrativa dos acontecimentos políticos (...), apresentada como a história dos grandes feitos de grandes homens (...)” já que “por volta de 1900, as críticas à história política eram particularmente agudas, e as sugestões para sua substituição, bastante férteis” (BURKE, 2010, p.17-20) e conforme destaca François Dosse: “o jogo político, a vida parlamentar, os partidos políticos são postos de lado por esses Intelectuais” (DOSSE, 1994, p.7). Essas questões levantadas por esses autores são um destaque dado aos primeiros historiadores da Escola dos Annales que são hostis ao discurso e à análise do político, ou seja, tem-se, neste momento, um desmoronamento da história política.

Porém, entendendo que se deve analisar o político a partir de uma metodologia advinda dessa mesma corrente historiográfica e que o estudo do político passa também por uma concepção inquietante da história-problema. Ou seja:

A “História problema”, em contraposição àquela ancorada na cronologia, no indivíduo e na narrativa linear, propunha-se ultrapassar o político e dirigir o olhar para as estruturas sociais e econômicas, para os fenômenos coletivos, as mentalidades e as diferentes temporalidades da história, isso a partir de um constante diálogo com outras disciplinas — Geografia, Demografia, Estatística, Sociologia, Psicologia (LUCA, 2020, p.38).

Entretanto, é oportuno destacar que a dimensão política é parte essencial da experiência humana e não pode ser simplesmente descartada, pois no “final do século XX também viu nascer uma História do político renovada, em diálogo com outras instâncias e que se mostrou capaz de reinventar seus problemas” (LUCA, 2020, p.56). Deste modo, essa inquietação torna-se acadêmica em contato com os autores que trabalham com a construção da Nova História Política, como René Rémond (2003) e outros conceitos tão caros à história política como o Carisma, levantado por Geertz (2008), a Teatralização do

Poder, por meio de Balandier (1982) e Schwartzberg (1977), as Representações, teorizadas por Chartier (1991), do Simbolismo do Poder, de Bourdieu (1998), dos Mitos Políticos, discutida por Girardet (1987) e dos Lugares de Memória, de Nora (1993) em torno da política para justificar a suas relações de poder e ação política com a sociedade.

Neste sentido, Joseph Rouse, destaca que a constituição do poder “depende da repetição de seu desempenho ou sua reprodução ao longo do tempo como uma *relação* de poder sustentada” (ROUSE, 2016, p.144) e isto pode ser percebido nos lugares de memórias que foram sendo instituídos nos municípios de Pernambuco após a morte de Eduardo Campos. Tomando como referência Michel de Foucault, este autor, destaca que as relações de poder emergem a partir da sustentação que as relações de força encontram umas nas outras, constituindo um sistema ou uma cadeia.

Debruçamos este trabalho a partir da História Política com interface com a História Cultural que possibilita a “compreensão da história como uma narrativa que constrói uma representação sobre o passado, e que se desdobra nos estudos da produção e na recepção dos textos” (PESAVENTO, 2008, p.69). Mais especificamente trabalharemos sob a luz do político, ou melhor, sobre os caminhos da Nova História Política ou História Cultural do Político. Deste modo, Serge Bernstein aborda “que o fenômeno da cultura política surgiu como oferecendo uma resposta mais satisfatória do que qualquer das propostas até então” a partir das investigações realizadas pelos historiadores do político para explicar o comportamento político ao longo da história (BERSTEIN, 1998, p.349).

A Nova História Política incorporou e buscou, de forma renovada, em outras ciências “uma abordagem nova e interdisciplinar da história” (BURKE, 2010, p.36), elementos que contribuem para fazermos uma escrita de forma inovadora. Neste sentido, René Rémond destaca que esta nova forma de pensar a história política foi provocada por meio da “rediscussão dos conceitos clássicos e das práticas tradicionais. E neste ponto, a contestação de que foi objeto a história política lhe foi muito salutar: o desafio fustigou a imaginação e estimulou a iniciativa” (RÉMOND, 2003, p.26). Ainda neste sentido, Serge Bernstein destaca que “a evocação da cultura política se inscreve na renovação da história política, operada sob a inspiração de René Rémond” (BERSTEIN, 1998, p.349).

Os conceitos de Representação e de Poder Simbólico, caros à História Cultural, foram ficando presentes no universo do político, pois “o poder simbólico é, como efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1998, p. 7-

8). Desta forma, a Nova História Política nos dá contribuições para compreendermos a nossa proposta de estudo que, inclusive, fará empréstimos da antropologia e da sociologia para identificar temas envolvendo as relações do poder no período proposto neste trabalho.

Por se tratar de uma pesquisa no campo da História Cultural e entender que a cultura política é um conceito de dimensão vasta, é preciso ampliá-la ao invés de debilitá-la, por isso recorreremos ao método que possibilita a utilização das fontes na sua mais profunda intensidade, “fazendo-as falar e revelar significados” (PESAVENTO, 2008, p.66).

Deste modo, utilizaremos do paradigma indiciário de Carlo Ginzburg como método que possibilitará fazer com que as fontes falem e nos permitirá trazermos sentidos que foram colocados sobre a nossa escrita da história. Pois, ele destaca que “(...) é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis (...) o conhecedor da arte é comparável ao detetive que descobre o autor do crime (do quadro) baseado em indícios imperceptíveis para a maioria” (GINZBURG, 1989, p.144-145). Neste sentido, Tania Regina de Luca destaca que:

A complexidade do trabalho do historiador apresenta similitude também com a atuação do detetive, a quem cabe deduzir, a partir do que encontra na cena de um crime, as motivações, o modo de agir e a identidade do criminoso (LUCA, 2020, p.8).

Para tanto procuraremos produzir um conhecimento lendo e interpretando os sinais, as pistas e os indícios. Portanto, enquanto historiador, entendemos que esta pesquisa se dará a partir da interpretação de determinada época e local em que está inserido um determinado fato cultural, neste caso um fato da cultura política que foi o carisma, os ritos, o simbolismo no poder e os lugares de memória em torno da figura de Eduardo Campos e que se instaura a partir de “códigos e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas” (BERSTEIN, 1998, p.350).

Neste sentido, entendemos que existe a ideia de uma cultura política regional própria de cada povo que é transmitida por herança de geração em geração e em particular, em Pernambuco, a partir da família Arraes/Campos, pois, como sabemos, Eduardo Campos era neto do ex-governador de Pernambuco, ex-prefeito da Cidade de Recife, ex-deputado federal e estadual e ex-presidente nacional do Partido Socialista Brasileiro (PSB) Miguel Arraes, além de ser filho da ex-deputada federal e ex-ministra do Tribunal de Contas da União (TCU) Ana Arraes e pai do deputado federal Pedro Campos e do

atual presidente nacional do PSB, ex-deputado federal e prefeito reeleito da Cidade de Recife, João Campos.

Ou seja, podemos destacar que um dos critérios para o surgimento e evolução de uma cultura política, conforme destaca Serge Bernstein, “se inscrevem na duração e atravessem as gerações (...) noutros termos, é necessário o espaço de pelo menos duas gerações” (BERSTEIN, 1998, p.355) e como podemos observar esta cultura política em torno da família Arraes/Campos perpassam pelo menos três gerações.

Conforme destaca José D'Assunção Barros, as fontes históricas permitem que os historiadores “viagem metodologicamente pelo espaço-tempo, dando-lhes a oportunidade de descrever sociedades e circunstâncias que já desapareceram e de analisar processos que já se encerraram no passado” (BARROS, 2022, p.72) e para a realização desta pesquisa teremos como fonte principal as leis inseridas nos sites das Câmaras Vereadores dos municípios do Estado de Pernambuco e as leis promulgadas do Estado de Pernambuco que tratem sobre a figura de Eduardo Campos entre o período de 2014 a 2024. Além destas, procuraremos utilizar como fontes secundárias escritos sobre a história do personagem central deste trabalho.

Estas fontes serão submetidas “ao aparelho crítico, para estabelecer a veracidade dos fatos relatados” (DOSSE, 1994, p.7), pois “as fontes não contêm apenas informações, mas principalmente discursos a serem analisados” (BARROS, 2022, p. 56). Esta análise perpassa as fontes que, no caso analisado, são normas “que, com a repetição, acabam por ser interiorizadas e que tornam sensível à recepção de ideias ou à adoção de comportamentos convenientes” e que é através delas que “o cultural prepara o terreno do político” (BERSTEIN, 1998, p.357). Ou seja, o estado e os municípios pernambucanos elaboraram leis que se repetem para a instituição de lugares de memória que criam uma cultura política, preparando, “através de uma conquista cultural dos espíritos, o terreno para uma futura conquista política” (BERSTEIN, 1998, p.357).

A elaboração e a difusão desta cultura política ocorrem por meio dos lugares de memória que são nomeados com nome Eduardo Campos em espaços como ruas, escolas, praças, creches, unidades de saúde, hospitais, prédios públicos e monumentos das várias cidades de Pernambuco. Portanto, isto não é de forma alguma um fenômeno imóvel, mas um corpo vivo que continua a evoluir ainda mais após sua morte em 2014. Neste sentido, podemos destacar que a cultura política ocorre do conjunto de um fenômeno individual, interiorizado pelo homem Eduardo Campos, e do fenômeno coletivo, partilhado por grupos numerosos que são as câmaras municipais das diversas cidades de Pernambuco,

bem como pela sua Assembleia Legislativa fazendo com que, conforme destaca Serge Berstein: “acaba por torná-la um fenômeno profundamente interiorizado e que, como tal, é impermeável à crítica racional” (BERSTEIN, 1998, p. 360).

O estudo da cultura política, neste caso, se fundamenta no fato de ser interiorizada pelo indivíduo por determinada motivação política e deve ser de interesse do historiador pesquisador por ser, simultaneamente, um fenômeno coletivo compartilhado por diversos grupos. Neste sentido, o interesse pela identificação desta cultura política ocorre devido a dois argumentos que são a filiação dos indivíduos a esta cultura e a dimensão coletiva que fornece uma chave que permite compreender a coesão de grupos organizados em torno desta cultura política. Portanto, é oportuno “compreender as motivações dos atos dos homens num momento da sua história, por referências ao sistema de valores, de normas, de crenças que partilham, em função da sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro, das suas representações da sociedade” (BERSTEIN, 1998, p.363).

Entre 2014 e 2024, diversas leis foram aprovadas pelas câmaras municipais pernambucanas e pela Assembleia Legislativa do Estado com o nome de Eduardo Campos. Esses documentos, longe de serem neutros, são expressões da cultura política regional, marcada por forte personalismo, como observa Frederico de Castro Neves ao discutir a historiografia nordestina, pois para este o “Nordeste é um conceito e, como todo conceito, não é inocente” (NEVES, 2012, p.7).

A análise dessas leis permite compreender como o político se converte em símbolo, pois devemos pensar como as representações e os símbolos de poder dos lugares de memória contribuem para os “interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto de grupo” (BOURDIEU, 1998, p.10), sendo estas produções simbólicas como instrumento de dominação. O nome Eduardo Campos se torna um ponto de ancoragem para identidades locais e regional, ao mesmo tempo em que sua trajetória política é seletivamente lembrada, valorizando sua atuação como gestor moderno, enquanto silencia suas alianças, contradições e limites.

A partir das décadas de 1970 e 1980, a historiografia brasileira passou a se abrir para novos objetos e sujeitos, como as mulheres, os negros, os indígenas e os trabalhadores. Esse processo é tratado por diversos autores: Diva Muniz discute a emergência da “escrita da História das Mulheres” (MUNIZ, 2018, p.149), considerando que “a pesquisa histórica, feminista ou não, tal como a escola, tem partido” (MUNIZ,

2018, p.153); Maria Cristina dos Santos reflete sobre a construção da história indígena e destaca que “ao longo dos últimos 30 anos, a História Indígena logrou conquistar seu espaço na historiografia, ainda que o status acadêmico esteja condicionado às iniciativas locais” (SANTOS, 2017, p.347); Luiz Claudio Palermo analisa os debates em torno da escravidão, embora este destaque que em 1933 o campo da historiografia da escravidão brasileira já se inicia com os escritos de Gilberto Freyre, passando pela Escola Paulista de Sociologia nos anos 1950/70 e a renovação após os anos 1980 e que está escrita da história nos “possibilita pensar na complexidade que epistemologicamente envolve a produção do conhecimento histórico” (PALERMO, 2017, p.343).

No caso da memória de Eduardo Campos, seria necessário ampliar a abordagem tradicional e questionar: quem está fora dessa narrativa heroica? Como os movimentos sociais, os adversários políticos ou a população das periferias veem esse legado? Quais memórias estão sendo ocultadas pela repetição das homenagens oficiais? A história local, quando atravessada por essas perguntas, pode contribuir para uma historiografia mais democrática, pois a escrita da história não é apenas um relato do que aconteceu, mas um campo de disputas por visibilidade e poder simbólico (BOURDIEU, 1998).

Valorizar a história local e os espaços de memória é, portanto, uma forma de ampliar o campo da historiografia, acolhendo a pluralidade de vozes e experiências que constituem o passado. Em um Brasil marcado por desigualdades e disputas simbólicas, pensar o local é também um ato político.

Traçando um paralelo entre o pensamento de Pierre Bourdieu sobre o poder simbólico e a transformação do mito em religião (ideologia) podemos destacar que a história da transformação do mito em política de dominação não se pode separar da história da constituição de um corpo de produtores especializados (vereadores e deputados) de discursos e de ritos políticos que são percebidos, entre outras coisas, pelos lugares de memória erguidos em nome de Eduardo Campos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Teta, meta, metáfora: Porque a historiografia teme e treme diante da literatura. *Linguagem – Estudos e Pesquisas*, vol. 17, n. 02, p. 17-41, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/lep/article/view/32233/17201>

BALANDIER, Georges. O poder em cena. Trad. Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília, Editora Universitária de Brasília, 1982.

BARROS, José D'Assunção. História local e história regional – a historiografia do pequeno espaço. Revista Tamoios, São Gonçalo, v. 18, n. 2, p. 22-53, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/57694/42731>

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: Para uma história cultural. Trad. Ana Moura. 1º ed. Editora Estampa, Lisboa. 1998.

BURKE, Peter. A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia. Trad. Nilo Odalia. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. 2ª ed. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1998.

CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história, historiografia e Nação do Brasil do século XIX. Diálogos, n. 8, p. 11-29, 2004. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/38021/19772>

CERTEAU, Michel de. Cap. II A operação historiográfica. In: A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação In: Estudos avançados, vol.5 nº. 11. São Paulo, Jan./Abr. 1991.

DOSSE, François. A História em migalhas: dos Annales à Nova História. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 05–22, 2012. DOI: 10.5965/2175180304012012005. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304012012005>.

GEERTZ, Clifford. Centros, Reis e Carisma: reflexões sobre o simbolismo do poder. In: O saber Local: novos ensaio em antropologia interpretativa. Trad. Vera Mello Joscelyne. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LUCA, Tania Regina de. Práticas de pesquisa em história. São Paulo: Contexto, 2020.

GIRARDET, Raoul. Mitos e mitologias políticas. Trad. Mª Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Sobre História e Historiografia das mulheres. Caderno Espaço Feminino, v. 31, n.1. p. 147-166, 2018. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/45630/pdf>

NEVES, Frederico de Castro. O Nordeste e a historiografia brasileira. Ponta de Lança, v. 5, n. 10, p. 6-24, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Jk3ZvjnKpntnG5w8YRDzJMx/?format=pdf&lang=pt>

NICODEMO, Thiago Lima et al. Uma introdução à História da Historiografia Brasileira (1870-1970). Rio de Janeiro: FGV, 2018. Cap. 1 – Mutação globais do conceito moderno de história e a historiografia brasileira.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, n. 10, 1993.

PALERMO, Luis Claudio. Disputas no campo da historiografia da escravidão brasileira: perspectivas clássicas e debates atuais. Dimensões, v. 39, p. 34-347, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/18638/12660>

PESAVENTO, Sandra J. História & História cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
RÉMOND, René (Org). Por Uma História Política. Trad. Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROUSE, Joseph. Poder/conhecimento. In: Foucault. Og. Gary Gutting. Tradução André Oídes. São Paulo. Editora: Ideias e Letras, 2016.

SANTOS, Maria Cristina dos. Caminhos historiográficos na construção da história indígena. História Unisinos, 1 (3), p. 337-350, 2017.
<https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2017.213.04/6390>

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. O Estado Espetáculo. São Paulo: Círculo do Livro, 1977.